



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

CAMPOS DOS GOYTACAZES

8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ITAPERUNA

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o preâmbulo da Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) O preâmbulo é norma constitucional, mas não serve de parâmetro para o controle de constitucionalidade, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- b) O preâmbulo estabelece limites ao Poder Constituinte Derivado.
- c) Como é considerado norma constitucional, o preâmbulo pode servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- d) O preâmbulo não é norma constitucional e não serve como parâmetro para o controle de constitucionalidade, mas serve para definir as intenções do legislador constituinte.
- e) O preâmbulo é norma de reprodução obrigatória aos Estados-membros.

2) Acerca da hierarquia das normas, assinale a alternativa correta:

- a) Os regimentos do Senado e da Câmara dos Deputados, por constituírem resoluções legislativas, são considerados normas primárias, equiparados hierarquicamente às leis ordinárias.
- b) Existe hierarquia entre norma constitucional originária e norma constitucional derivada.
- c) As normas do ADCT não têm hierarquia constitucional.
- d) Por terem a mesma hierarquia, tanto as normas constitucionais originárias como as derivadas podem ser declaradas inconstitucionais.
- e) As normas federais possuem hierarquia superior às normas estaduais e municipais.

3) No que tange aos princípios de interpretação da Constituição, assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo o princípio da unidade da Constituição, a interpretação deve evitar a contradição entre normas constitucionais, que devem ser vistas em sua totalidade e não como normas isoladas.
- b) Conforme o princípio da concordância prática, deve ser evitado o sacrifício total de uma das normas diante de um conflito, buscando-se a coexistência delas, através de uma ponderação de interesses no caso concreto.
- c) Segundo o princípio da harmonização, deve-se optar pela interpretação que dê maior efetividade e concretude à norma, evitando a sua não aplicabilidade.
- d) O princípio do efeito integrador busca que na interpretação da Constituição seja dada preferência às determinações que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.
- e) De acordo com o princípio da unidade, a interpretação deve evitar a contradição entre normas constitucionais, que devem ser vistas em sua totalidade e não como normas isoladas.

4) Sobre as competências previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- b) É competência privativa da União estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.
- d) É competência exclusiva da União combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre juntas comerciais.

5) Após notícia na mídia de que os bancos de sangue do estado estavam defasados, foi editada lei estadual, prevendo que, nas contas de água, luz, telefone e internet, deveria constar uma mensagem para o consumidor incentivando que ele fosse doar sangue. Ao tomar conhecimento da lei, a Associação Nacional de Celulares e o Governador ajuizaram Ação Direita de Inconstitucionalidade.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta:

- a) A lei estadual é inconstitucional por violar a competência da União para legislar sobre telecomunicações.
- b) Para ser considerada entidade de classe de âmbito nacional e, assim, ter legitimidade para propor a ADI, é necessário que a Associação Nacional de Celulares possua associados em pelo menos 9 Estados-membros.
- c) O Governador é legitimado universal para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) No caso concreto, tratando-se de lei estadual, deveria ter sido ajuizada ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).
- e) O STF está vinculado aos fundamentos expostos na inicial da ADI.

6) No que tange aos remédios constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.
- b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) É cabível a impetração de habeas data para que o impetrante tenha acesso a informações próprias ou de caráter público.
- e) É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

7) O partido político Y propôs ADI com o objetivo de ver declarada a inconstitucionalidade de artigo do regimento interno da Câmara dos Deputados, que trata sobre as hipóteses nas quais a propositura que está sendo apreciada na Casa Legislativa poderá tramitar em regime de urgência.

A partir disso, assinale a opção correta:

- a) Foi incorreta a utilização da ADI contra artigo do regimento interno da Câmara, uma vez que o dispositivo não possui natureza normativa.
- b) A adoção do rito de urgência é matéria interna *corporis*, não cabendo controle jurisdicional.
- c) As normas previstas na Constituição sobre processo legislativo apenas se aplicam à seara federal.
- d) O parlamentar tem direito público subjetivo às normas do processo legislativo e, por isso, possui legitimidade para propor ADI.
- e) O partido político não é legitimado para propor ADI.

8) No que concerne ao poder constituinte, assinale a alternativa incorreta:

- a) Uma das funções do poder constituinte reformador é atualizar a Constituição.
- b) São limites ao poder constituinte derivado decorrente os princípios constitucionais sensíveis, os princípios estabelecidos e os princípios extensíveis.
- c) O poder constituinte reformador é o responsável pela revisão constitucional, que será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.
- d) O poder constituinte difuso possui papel na criação e no desenvolvimento da eficácia das normas constitucionais, sem alteração formal de seu texto.
- e) O poder constituinte originário não está submetido ao controle do Supremo Tribunal Federal.

9) Sobre a cláusula da reserva de plenário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se aplica a cláusula de reserva de plenário para atos de efeitos concretos.
- b) Não se exige reserva de plenário para a mera interpretação e aplicação das normas jurídicas que emergem do próprio exercício da jurisdição.
- c) É necessário para caracterizar violação à cláusula de reserva de plenário que a decisão de órgão fracionário se fundamente na incompatibilidade entre a norma legal e o Texto Constitucional.

- d) O afastamento de norma legal por órgão fracionário, de modo a revelar o esvaziamento da eficácia do preceito, implica contrariedade à cláusula de reserva de plenário.
- e) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão do órgão fracionário do Tribunal que deixa de aplicar a norma infraconstitucional por entender não haver subsunção aos fatos.

10) Para dar suporte à produção estatística oficial durante a pandemia, foi editada medida provisória que prevê o compartilhamento de dados de usuários por prestadoras de serviços de telecomunicações com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acerca da disciplina da medida provisória, assinale a alternativa correta:

- a) Caso a medida seja rejeitada pelo Congresso Nacional, o Presidente não poderá editar nova medida provisória com o mesmo conteúdo da medida rejeitada na mesma sessão legislativa.
- b) É sempre possível o controle judicial dos pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.
- c) Se a medida provisória não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- d) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- e) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de quarenta e cinco dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL

11) Sobre a emancipação, qual das alternativas abaixo não traduz forma de cessar a incapacidade dos menores de 18 anos:

- a) Pelo casamento.
- b) Pelo ingresso em curso de ensino superior.
- c) Pela concessão da emancipação pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- d) Pelo exercício de emprego público efetivo.
- e) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.

12) Sobre a regulamentação dos bens feita pelo Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- b) Os materiais destinados a alguma construção são considerados bens imóveis e mantém essa qualidade quando provenientes da demolição de algum prédio.
- c) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- d) São infungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- e) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias; sendo consideradas necessárias aquelas que aumentam ou facilitam o uso do bem.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito dos negócios jurídicos:

I – A existência do negócio jurídico depende de agente capaz; objeto lícito, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não proibida em lei.

II – O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

III – Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

IV – As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

V – A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada em benefício próprio.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III, IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

14) Tício ficou desempregado e, necessitando pagar suas contas para não correr o perigo de ser despejado, teve que vender seu único carro. Mévio, sabendo da premente necessidade de Tício, aceitou comprar seu carro pelo valor de R\$ 5.000,00, mesmo sabendo que o valor do mesmo era de R\$ 60.000,00. No ano seguinte, Tício procura advogado para tentar reaver seu automóvel. De acordo com o Código Civil, o negócio celebrado entre Tício e Mévio pode ser anulado por:

- a) Dolo.
- b) Simulação.
- c) Estado de perigo.
- d) Lesão.
- e) Coação.

15) Sobre as obrigações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nas obrigações de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- b) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- c) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- e) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda.

16) No que tange ao instituto da solidariedade, assinale a alternativa incorreta:

- a) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) Denomina-se solidariedade ativa quando se dá entre credores da obrigação, que tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- d) O credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- e) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, fica extinta a solidariedade ativa.

17) A respeito da extinção das obrigações, em que consiste a compensação?

- a) Quando o credor aceita receber bem diverso daquele pactuado.
- b) Quando o credor resolve perdoar parte da dívida do devedor.
- c) Quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- d) Quando credor e devedor aceitam celebrar novo negócio, substituindo o antigo.
- e) Quando o credor não tem mais interesse em receber o bem no local onde foi pactuado.

18) Sobre os contratos, assinale a alternativa correta:

- a) Nos contratos bilaterais, a parte contratante que esteja inadimplente com sua obrigação pode exigir o cumprimento da obrigação da outra parte.
- b) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- c) Os contratos aleatórios são aqueles que dizem respeito a obrigações de dar coisa incerta.
- d) A cláusula resolutiva sempre exige a provimento judicial para ser invocada.
- e) As partes não têm liberdade de criarem contratos atípicos, devendo se ater às modalidades contratuais previstas em lei.

19) De acordo com o Código Civil, quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços é considerado:

- a) Fornecedor.
- b) Empresário.
- c) Empregador.
- d) Comerciante.
- e) Empreendedor.

20) No que concerne às sociedades, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) Não se admite sociedade limitada com menos de 2 (dois) sócios.
- c) Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.
- d) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo.
- e) É permitido ao sócio participar e votar a distância em reunião ou em assembleia da sociedade, observado os requisitos legais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Acerca da aplicação da lei processual, assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez iniciado o processo, adquire-se o direito ao regime jurídico-processual vigente à época do protocolo da petição inicial, vedando-se qualquer forma de aplicação da lei nova aos processos em curso até seu trânsito em julgado.
- b) Considerando-se a autonomia de cada ramo do Direito Processual, é vedada a aplicação do Código de Processo Civil a processos trabalhistas ou penais, ainda que em caráter subsidiário ou supletivo.
- c) A lei vigente à data da publicação da decisão judicial regerá as questões atinentes ao regime recursal.
- d) A entrada em vigor da lei nova processual possui eficácia retroativa, podendo inclusive desconstituir atos já praticados no curso da relação jurídica.
- e) Tendo em vista que o exercício da jurisdição representa atividade soberana do Estado brasileiro, é vedado que tratados internacionais imponham normas de caráter processual.

22) Sobre a competência, assinale a alternativa correta:

- a) Considerando a existência das varas privativas da Fazenda Pública na Capital, bem como o fato de a sede da Administração Estadual estar no Município do Rio de Janeiro, há incompetência absoluta dos juízos do interior para processar e julgar causas que envolvam o Estado do Rio de Janeiro.
- b) No procedimento comum do CPC, se verificada a incompetência absoluta, é obrigatória a extinção do processo sem julgamento do mérito. Sendo a incompetência relativa, permite-se a remessa dos autos ao juízo com atribuição para a causa.
- c) Tendo em vista a maior importância que o CPC atual concede à autonomia da vontade, passou-se a permitir a utilização pelas partes, em todas as hipóteses, da cláusula de eleição de foro para alterar a competência fixada por lei, sendo vedadas apenas alterações nas competências definidas pela Constituição Federal.
- d) No procedimento comum do CPC, o acolhimento da alegação de incompetência acarreta a remessa dos autos ao juízo competente.
- e) Os atos praticados pelo juízo incompetente são inválidos, ineficazes e não podem, sob nenhuma hipótese, ser aproveitados pelo juízo competente, considerando a gravidade do vício que os atinge.

23) Quanto aos princípios processuais, marque a alternativa incorreta:

- a) A exigência de publicidade dos processos judiciais e da Administração Pública impede, em qualquer hipótese, a tramitação em segredo de justiça de processo em que seja parte o Estado do Rio de Janeiro ou outro ente público.
- b) A garantia da razoável duração do processo alcança não apenas a fase de conhecimento, mas também a fase executiva do processo.

- c) O juiz da causa tem o dever de zelar pela efetividade da garantia do contraditório.
- d) O dever de fundamentação das decisões judiciais abarca o enfrentamento de todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada.
- e) Os deveres de boa-fé e de cooperação são exigíveis de todos os sujeitos que participem ou intervenham no processo civil.

24) Verifique as seguintes assertivas e marque a resposta correta:

(I) A lei pode conferir ao Ministério Público legitimidade ordinária para representação judicial de entidades públicas, ajuizando as ações em nome do Estado-autor.

(II) Qualquer cidadão tem legitimidade para ingressar com ação em nome do Estado do Rio de Janeiro para defesa do erário.

(III) A legitimidade extraordinária é a possibilidade de pleitear direito alheio em nome próprio, dependendo de autorização do ordenamento jurídico.

- a) São verdadeiras somente as assertivas I e II.
- b) É verdadeiro apenas o item III.
- c) Só I e III estão corretas.
- d) É verdadeiro apenas o que consta de II.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

25) Sobre a coisa julgada, analise as alternativas e marque a correta:

- a) Em nenhuma hipótese, a decisão sobre questão prejudicial pode ser acobertada pela coisa julgada.
- b) A coisa julgada não pode prejudicar terceiros, mas pode beneficiar, permitindo que pessoa estranha à relação processual, mas em situação substancialmente idêntica, execute diretamente a sentença que lhe favoreceria.
- c) Mesmo se a prescrição for expressamente rejeitada na fase de conhecimento, nada impede que a alegação seja repetida e analisada na execução, uma vez que as questões de ordem pública podem ser decididas a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- d) Em relações jurídicas de trato continuado, existindo modificações no estado de fato ou de direito, a parte pode pedir a revisão de questão já decidida no processo.
- e) A formação da coisa julgada material depende do exaurimento das vias recursais disponíveis.

26) Relativamente aos prazos recursais, indique a alternativa correta:

- a) Nas causas em que litigam, em um polo, um particular e, em outro, a Fazenda Pública, todas as partes terão prazo em dobro para recorrer, como exigência de isonomia processual.
- b) Para recursos em face de decisões interlocutórias, há prazo único de dez dias para sua interposição.
- c) Proferida sentença em desfavor do Estado do Rio de Janeiro, o procurador poderá opor embargos de declaração no prazo de dez dias, contados da intimação pessoal da PGE.
- d) A publicação em imprensa oficial é suficiente para deflagrar o prazo recursal para o Estado apelar de sentença que lhe seja desfavorável.
- e) O benefício da contagem em dobro do prazo para litisconsortes com diferentes advogados aplica-se aos processos que tramitem em autos eletrônicos.

27) Considerando-se as previsões constitucionais e legais sobre a súmula vinculante, indique a resposta correta:

- a) Todos os Tribunais, à luz da sua autonomia, podem prever em seus regimentos a edição de súmulas vinculantes, como forma de potencializar o respeito a seus precedentes.
- b) O Supremo Tribunal Federal poderá, em abstrato, sem necessidade de prévia decisão sobre a matéria, editar súmulas vinculantes para prevenir conflitos futuros e eventuais sobre a interpretação constitucional.
- c) As súmulas vinculantes, uma vez editadas pelo Supremo Tribunal Federal, vinculam os demais órgãos do Poder Judiciário, a Administração Pública e o Poder Legislativo em todas as esferas federativas.
- d) A lei ordinária pode conceder atribuição ao Superior Tribunal de Justiça para a edição de súmulas vinculantes.

e) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

28) Sobre a jurisdição, marque a alternativa incorreta:

- a) O Brasil adota um modelo de jurisdição una, o que significa que o Poder Judiciário fica responsável por conhecer e julgar causas entre particulares, bem como os processos que envolvam a Administração Pública.
- b) Considerando a unidade de jurisdição, a lei federal deve disciplinar, de forma privativa, a organização judiciária, inclusive da Justiça estadual, não havendo espaço para lei local tratar dessa matéria.
- c) Conforme a jurisprudência do STJ, a arbitragem representa uma atividade propriamente jurisdicional.
- d) A inércia jurisdicional não obsta que, uma vez iniciado o processo por ato da parte, ele se desenvolva por impulso oficial.
- e) A competência é a parcela da jurisdição atribuída para cada órgão jurisdicional, representando os limites para o exercício legítimo dessa função.

29) Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é correto o que se afirma no seguinte item:

- a) O CPC trouxe regulamentação exauriente sobre a matéria, revogando requisitos e demais previsões constantes das leis de direito material, como o Código Civil ou o Código de Defesa do Consumidor.
- b) A decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica independe da efetivação do contraditório.
- c) A desconsideração inversa da personalidade jurídica segue rito próprio, não sendo aplicável o CPC.
- d) O acolhimento do incidente de desconsideração tem natureza constitutivo-negativa, encerrando, de forma definitiva, para todos os fins, a personalidade jurídica daquele atingido pela decisão.
- e) A realização do incidente depende de pedido da parte ou do Ministério Público, sendo vedada a instauração de ofício pelo juiz.

30) Sobre a Teoria Geral dos Recursos, marque a opção correta:

- a) O terceiro prejudicado pela decisão judicial detém legitimidade recursal, cabendo-lhe comprovar o interesse jurídico na resolução da causa para que o recurso seja admitido.
- b) O recurso adesivo, uma vez interposto, ganha autonomia e pode prosseguir para seu julgamento de mérito, ainda que o recurso principal não seja conhecido.
- c) O recurso de um litisconsorte, em nenhuma hipótese, pode beneficiar o outro litisconsorte que não recorreu.
- d) O Estado possui prazo em dobro para o pagamento do preparo recursal.
- e) Se tiver interesse de apresentar ambos os recursos, a parte deve, simultaneamente, protocolar embargos de declaração e apelação contra a sentença, para evitar preclusão.